



RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2018

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO.....	5
II – RELATÓRIO FINANCEIRO	6
ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	6
1. Principais destaques.....	6
2. Análise da receita	8
2.1 Receita corrente	10
2.2 Receita de capital e outras receitas	12
2.3 Transferências obtidas	13
3. Análise da despesa	15
3.1 Despesa corrente	17
3.2 Despesa de capital.....	21
3.3 Transferências e subsídios concedidos	23
SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	25
4. Dívida.....	25
4.1 Dívida Global	25
4.2 Pagamentos em atraso.....	26
4.3 Serviço da dívida.....	27
4.4 Capacidade de endividamento/ Dívida Total do Município	27
III – CONCLUSÃO	30
IV – RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.....	31

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Análise orçamental.....	6
Quadro 2 – Resumo da receita cobrada e da despesa realizada	8
Quadro 3 – Execução da receita semestral	9
Quadro 4 – Evolução da receita corrente	11
Quadro 5 – Evolução da receita de capital e de outras receitas.....	13
Quadro 6 – Receita proveniente de transferências	14
Quadro 7 – Evolução da despesa realizada.....	16
Quadro 8 – Evolução da despesa corrente realizada por económica.....	18
Quadro 9 – Evolução da despesa de pessoal	19
Quadro 10 – Evolução da despesa de capital realizada	21
Quadro 11 – Despesa realizada com transferências e subsídios	23
Quadro 12 – Evolução da dívida.....	25
Quadro 13 – Evolução do serviço da dívida	27
Quadro 14 – Apuramento da dívida total	28
Quadro 15 – Aferição do equilíbrio orçamental	29

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Execução da receita e da despesa	7
Gráfico 2 - Indicadores	7
Gráfico 3 – Distribuição de receitas - jun/2018.....	9
Gráfico 4 – Distribuição de receitas - jun/2017.....	10
Gráfico 5 - Evolução dos impostos diretos	12
Gráfico 6 – Transferências recebidas	14
Gráfico 7 - Variação das principais receitas	15
Gráfico 8 – Distribuição das despesas – jun/2018	16
Gráfico 9 - Distribuição das despesas – jun/2017	17
Gráfico 10 Despesas de pessoal - semestre	20
Gráfico 11 - Variação da aquisição de bens e serviços - semestre.....	20
Gráfico 12 – Variação da aquisição de bens de capital - semestre	22
Gráfico 13 – Evolução transferências e subsídios- semestre	23
Gráfico 14 – Variação da dívida- semestre.....	26
Gráfico 15 – Dívida em junho de 2017	26
Gráfico 16 – Limite da dívida total	29

I – INTRODUÇÃO

Após a elaboração da Prestação de Contas referente ao ano de 2017 e para a obtenção de um retrato fiel da gestão municipal a curto prazo, é elaborado o presente relatório, com uma apreciação síntese da execução orçamental, económica e financeira do município à data de 30 de junho do ano corrente.

Esta análise vai contribuir para:

- O aperfeiçoamento dos procedimentos inerentes ao sistema contabilístico da autarquia, bem como a sua utilização como instrumento de controlo, de execução e de gestão;
- A avaliação da situação financeira do município e sua evolução, através da análise da estrutura orçamental, bem como, de alguns rácios financeiros de gestão;
- Dar ao executivo uma imagem mais pormenorizada dos recursos do município de modo a contribuir para a tomada de decisão.

Em suma, o presente relatório reflete o resultado da análise efetuada às contas de execução orçamental, quer na ótica do aperfeiçoamento de procedimentos, nomeadamente instrução e conteúdos dos mesmos, quer na ótica financeira através do estudo da evolução das receitas e despesas municipais, permitindo uma análise dos limites do endividamento para este semestre.

II – RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE ORÇAMENTAL

1. Principais destaques

A análise comparativa dos níveis de execução orçamental, durante o primeiro semestre de 2018, é realizada em relação ao período homólogo do ano anterior, sendo que a execução da receita consiste na receita cobrada face à prevista e a execução da despesa é a despesa paga face à prevista.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Unidade: €

RÚBRICAS	JUN/2018			JUN/2017		
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	%	PREVISÃO	EXECUÇÃO	%
Total da receita	45.000.000	29.180.680	64,85%	40.000.000	27.616.389	69,04%
Receita corrente	27.560.000	13.586.862	49,30%	24.940.000	13.431.784	53,86%
Receita capital	2.300.000	456.605	19,85%	1.490.000	615.988	41,34%
Outras receitas	15.140.000	15.137.213	99,98%	13.570.000	13.568.617	99,99%
Total da despesa	45.000.000	11.373.236	25,27%	40.000.000	12.611.728	31,53%
Despesa corrente	27.000.000	9.079.097	33,63%	24.800.000	9.332.330	37,63%
Despesa capital	18.000.000	2.294.139	12,75%	15.200.000	3.279.398	21,57%

Quadro 1 – Análise orçamental

No quadro 1, verifica-se que no 1º semestre de 2018 houve um ligeiro decréscimo da execução das receitas municipais, face ao período homólogo do ano anterior, atingido uma execução de 64,85%, ou seja, mais de metade da receita prevista sendo por isso, expectável que até ao final do ano se execute os 100% da receita prevista, e eventualmente se venha a superar ligeiramente o montante previsto. No que concerne à execução da despesa (faturação paga), também se registou uma ligeira diminuição da sua execução, situando-se nos 25,27% no corrente semestre.

No gráfico 1, encontram-se ilustrados os dados do quadro 1, sendo possível verificar com melhor nitidez que as ligeiras reduções da execução da receita e da despesa de capital foram os principais impulsionadores das diminuições da execução da receita e da despesa respetivamente.

De referir ainda, que as taxas de execução apresentadas revelam o rigor com que o orçamento foi efetuado sendo um orçamento bastante próximo da realidade. Em virtude da legislação que regula a assunção de novos compromissos, é de extrema importância que o orçamento não se afaste da realidade, sendo este uma ferramenta fundamental para o estrito cumprimento das normas legais existentes atualmente.

No gráfico 2, são apresentados alguns indicadores que ilustram que a despesa com o pessoal continua a ter

um peso significativo quer na despesa corrente, quer na receita corrente do município, ou seja, a despesa com o pessoal representa 47,28% da despesa corrente e 31,59% da receita corrente.

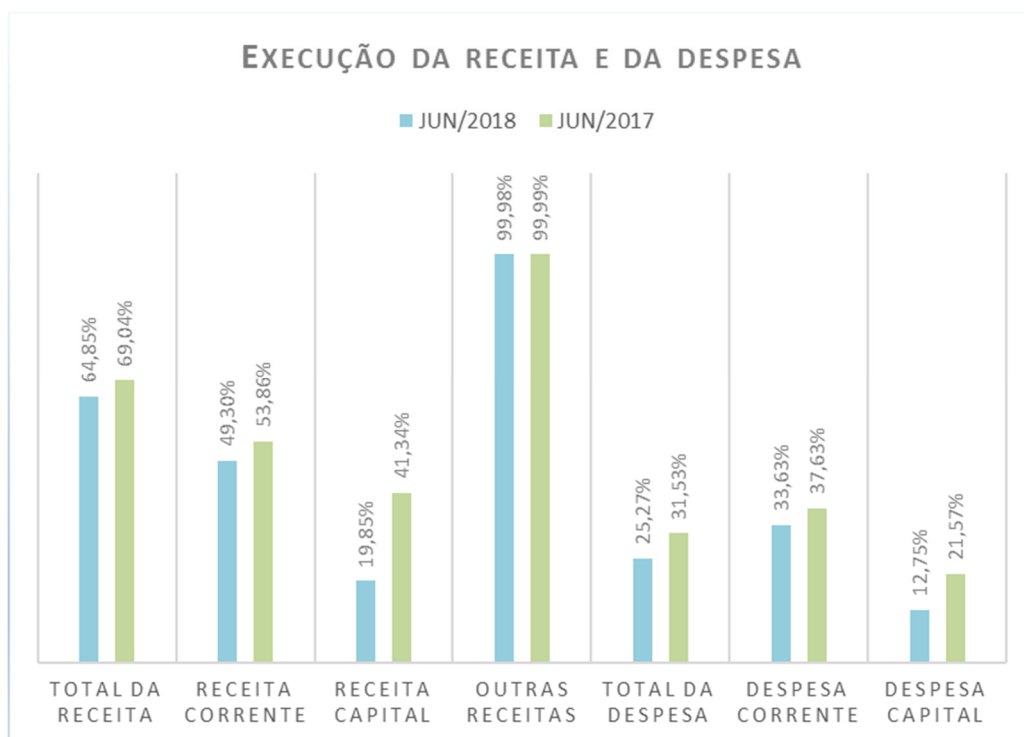


Gráfico 1 – Execução da receita e da despesa

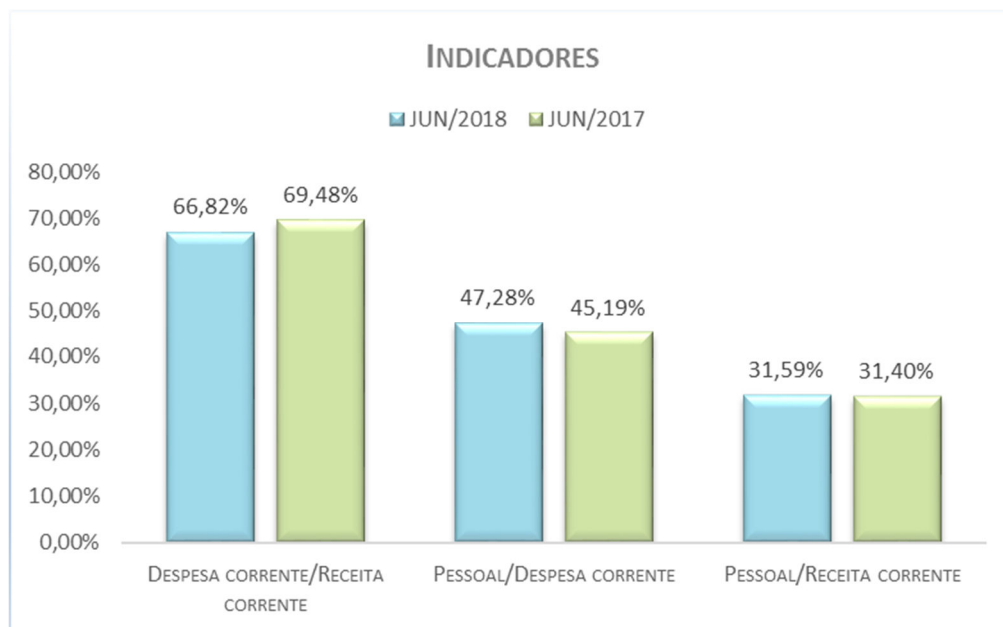


Gráfico 2 - Indicadores

Podemos confirmar também, que a despesa corrente apenas representa 66,82% da receita corrente, no primeiro semestre do corrente ano. O que revela que uma parte significativa da receita corrente, cerca de 33% pode ser utilizada para realizar despesa de capital.

O quadro 2, reflete a variação da receita cobrada e da despesa paga, quantificando o anteriormente ilustrado no gráfico 1. Assim, temos que a receita de capital registou uma quebra de 25,87% (€159.383), a corrente aumentou ligeiramente 1,15% (€155.078), e as outras receitas apresentaram um crescimento de 11,56% (€1.568.596), traduzindo-se num acréscimo de 5,66%, ou seja, mais €1.564.291 de receita no corrente ano face ao período homólogo. Nas outras receitas é onde se regista “o saldo da gerência anterior”, que foi assim o principal “culpado” deste aumento.

RESUMO DA RECEITA COBRADA E DA DESPESA PAGA

RÚBRICAS	JUN/2018	JUN/2017	Unidade: €	
			VARIAÇÃO 2017-2018	
			€	%
Total da receita	29.180.680	27.616.389	1.564.291	5,66%
Receita corrente	13.586.862	13.431.784	155.078	1,15%
Receita capital	456.605	615.988	-159.383	-25,87%
Outras receitas	15.137.213	13.568.617	1.568.596	11,56%
Total da despesa	11.373.236	12.611.728	-1.238.492	-9,82%
Despesa corrente	9.079.097	9.332.330	-253.233	-2,71%
Despesa capital	2.294.139	3.279.398	-985.260	-30,04%

Quadro 2 – Resumo da receita cobrada e da despesa realizada

A despesa paga, registou uma diminuição, de 9,82% face ao ano anterior, tendo a despesa de capital sido a principal motivadora da variação, com um decréscimo significativo de 30,04% (€985.260), enquanto a despesa corrente ficou-se pelos 2,71% (€253.233).

2. Análise da receita

A receita global do Município de Tavira, neste 1º semestre, registou um aumento de 5,66%, (€1.564.291), conforme referido anteriormente.

Importa verificar em pormenor onde se registaram as maiores variações, e quais as principais receitas neste 1.º semestre. Assim temos espelhado, no quadro 3, que o crescimento da receita corrente deveu-se aos “Impostos diretos” que refletem, em termos absolutos, um aumento de €173.771, seguido das “Transferências correntes” com €36.611 e as “Taxas, multas e outras penalidades” com €33.040. Por sua vez, a variação negativa das “Transferências de capital” e das “Vendas de bens de investimento” foram as principais impulsionadoras da quebra das receitas de capital, com €277.267 e €37.422, respetivamente.

Em termos de distribuição de receitas, comparando os gráficos 3 e 4, observa-se que não existem grandes diferenças entre o semestre do corrente ano e o do ano anterior. Os impostos diretos continuam a ser a

principal receita, representando neste momento 58% das receitas da autarquia, seguidos das transferências correntes com 25% e dos rendimentos de propriedade com 8%.

EXECUÇÃO DA RECEITA SEMESTRAL

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2018		JUN/2017		VARIAÇÃO 2017-2018	
	EXECUTADA	PESO	EXECUTADA	PESO	€	%
Receitas correntes	13.586.862	46,56%	13.431.784	48,64%	155.078	1,15%
Impostos diretos	7.977.270	27,34%	7.803.499	28,26%	173.771	2,23%
Impostos indiretos	230.428	0,79%	262.089	0,95%	-31.661	-12,08%
Taxas, multas e outras penalidades	355.825	1,22%	322.784	1,17%	33.040	10,24%
Rendimentos de propriedade	1.129.789	3,87%	1.120.884	4,06%	8.906	0,79%
Transferências correntes	3.435.136	11,77%	3.398.525	12,31%	36.611	1,08%
Venda de bens e serviços correntes	411.852	1,41%	443.554	1,61%	-31.702	-7,15%
Outras receitas correntes	46.562	0,16%	80.449	0,29%	-33.887	-42,12%
Receitas capital	456.605	1,56%	615.988	2,23%	-159.383	-25,87%
Venda de bens de investimento	2.530	0,01%	39.952	0,14%	-37.422	-93,67%
Transferências de capital	297.067	1,02%	574.333	2,08%	-277.267	-48,28%
Ativos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	---
Passivos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	---
Outras receitas de capital	157.008	0,54%	1.703	0,01%	155.306	--
Outras receitas	15.137.213	51,87%	13.568.617	49,13%	1.568.596	11,56%
Reposições não abatidas aos pagamentos	6.491	0,02%	1.107	0,00%	5.384	486,26%
Saldo da gerência anterior	15.130.722	51,85%	13.567.510	49,13%	1.563.211	11,52%
TOTAL	29.180.680	100%	27.616.389	100%	1.564.291	5,66%

Quadro 3 – Execução da receita semestral

DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS - JUN/2018

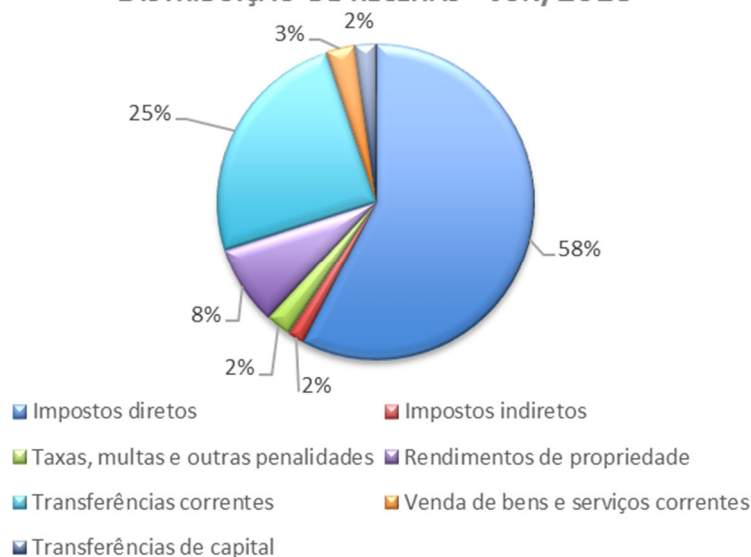


Gráfico 3 – Distribuição de receitas - jun/2018



Gráfico 4 – Distribuição de receitas - jun/2017

2.1 Receita corrente

A receita corrente é a principal receita do município, pelo que a análise do seu comportamento é de extrema importância para a compreensão da evolução da própria atividade económica do concelho.

Da apreciação dos dados constantes do quadro 4, onde é apresentada a evolução da receita corrente por classificação económica, conclui-se que no final do primeiro semestre de 2018 a taxa de execução situa-se nos 49,30%, o que revela que o orçamento está a ser executado de acordo com o previsto.

Verifica-se que a maioria das receitas correntes registaram variações positivas, onde se destaca o IMT (Imposto Municipal sobre Transação de Imóveis) com €890.384. Em contrapartida, o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) foi o que apresentou a maior variação negativa com €727.770, que ficou a dever-se ao facto de no primeiro semestre do ano de 2017 ter sido recebido o valor extraordinário deste imposto referente a regularizações de anos anteriores (€488.891), ou seja, a redução face à cobrança normal apresenta uma redução na ordem dos €240.000, que pode ser reflexo da redução da taxa de IMI de 0,38% para 0,375% para o corrente ano.

EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2018			JUN/2017		VARIAÇÃO 2017-2018	
	ORÇADO	EXECUTADO	TAXA EXECUÇÃO	EXECUTADO			
						€	%
Impostos diretos	14.726.000	7.977.270	54,17%	7.803.499		173.771	2,23%
IMI	7.800.000	3.540.452	45,39%	4.268.222		-727.770	-17,05%
IUC	700.000	404.774	57,82%	389.797		14.977	3,84%
IMT	6.200.000	4.031.846	65,03%	3.141.461		890.384	28,34%
Derrama	26.000	198	0,76%	4.019		-3.820	-95,06%
Outros	0	0	---	0		0	---
Impostos indiretos	488.100	230.428	47,21%	262.089		-31.661	-12,08%
Mercados e feiras	1.800	801	44,48%	827		-26	-3,19%
Loteamentos e obras	310.500	121.474	39,12%	185.550		-64.076	-34,53%
Ocupação da via pública	110.800	63.656	57,45%	45.922		17.733	38,62%
Publicidade	36.700	27.024	73,64%	19.708		7.317	37,13%
Outros	28.300	17.474	61,74%	10.081		7.392	73,33%
Taxas, multas e outras penalidades	761.800	355.825	46,71%	322.784		33.040	10,24%
Mercados e feiras	6.000	2.511	41,85%	2.665		-154	-5,78%
Loteamentos e obras	278.000	150.810	54,25%	162.162		-11.352	-7,00%
Ocupação da via pública	131.000	68.721	52,46%	57.861		10.860	18,77%
Taxa de ocupação	159.900	75.389	47,15%	45.862		29.527	64,38%
Outras	186.900	58.393	31,24%	54.233		4.160	7,67%
Rendimentos de propriedade	2.495.700	1.129.789	45,27%	1.120.884		8.906	0,79%
Transferências correntes	7.422.700	3.435.136	46,28%	3.398.525		36.611	1,08%
FEF/FSM/Participação no IRS	6.345.100	3.172.704	50,00%	3.115.692		57.012	1,83%
DR Educação	230.700	118.780	51,49%	115.551		3.229	2,79%
Projetos co-financiados	437.900	42.198	9,64%	5.752		36.446	633,62%
Outras	409.000	101.454	24,81%	161.531		-60.077	-37,19%
Venda de bens e serviços correntes	1.218.900	411.852	33,79%	443.554		-31.702	-7,15%
Venda de bens	25.900	3.176	12,26%	10.945		-7.769	-70,99%
Serviços desportivos	13.800	7.424	53,80%	6.598		826	12,52%
Transp. coletivo	64.000	22.453	35,08%	21.854		599	2,74%
Cemitérios	80.600	36.717	45,55%	39.320		-2.602	-6,62%
Mercados e feiras	131.000	40.206	30,69%	43.204		-2.998	-6,94%
Prolong. horário	18.200	10.158	55,81%	8.975		1.183	13,18%
Refeições escolares	118.400	71.887	60,72%	66.808		5.079	7,60%
Rendas	467.600	180.889	38,68%	183.011		-2.122	-1,16%
Outras	299.400	38.942	13,01%	62.840		-23.898	-38,03%
Outras receitas correntes	446.800	46.562	10,42%	80.449		-33.887	-42,12%
TOTAL	27.560.000	13.586.862	49,30%	13.431.784		155.078	1,15%

Quadro 4 – Evolução da receita corrente

Ao longo dos últimos anos, no que diz respeito às receitas dos “*Impostos diretos*”, estes têm vindo a aumentar com exceção das ligeiras quebras do “*IMI*” no primeiro semestre de 2016 e de 2018, conforme se pode observar no gráfico 5. Verificando-se claramente que o “*IMT*” e o “*IMI*” são os principais “*Impostos diretos*” do Município, sendo o “*IMT*” o imposto que mais tem crescido nos últimos anos, tendo mesmo ultrapassado o IMI no corrente semestre.

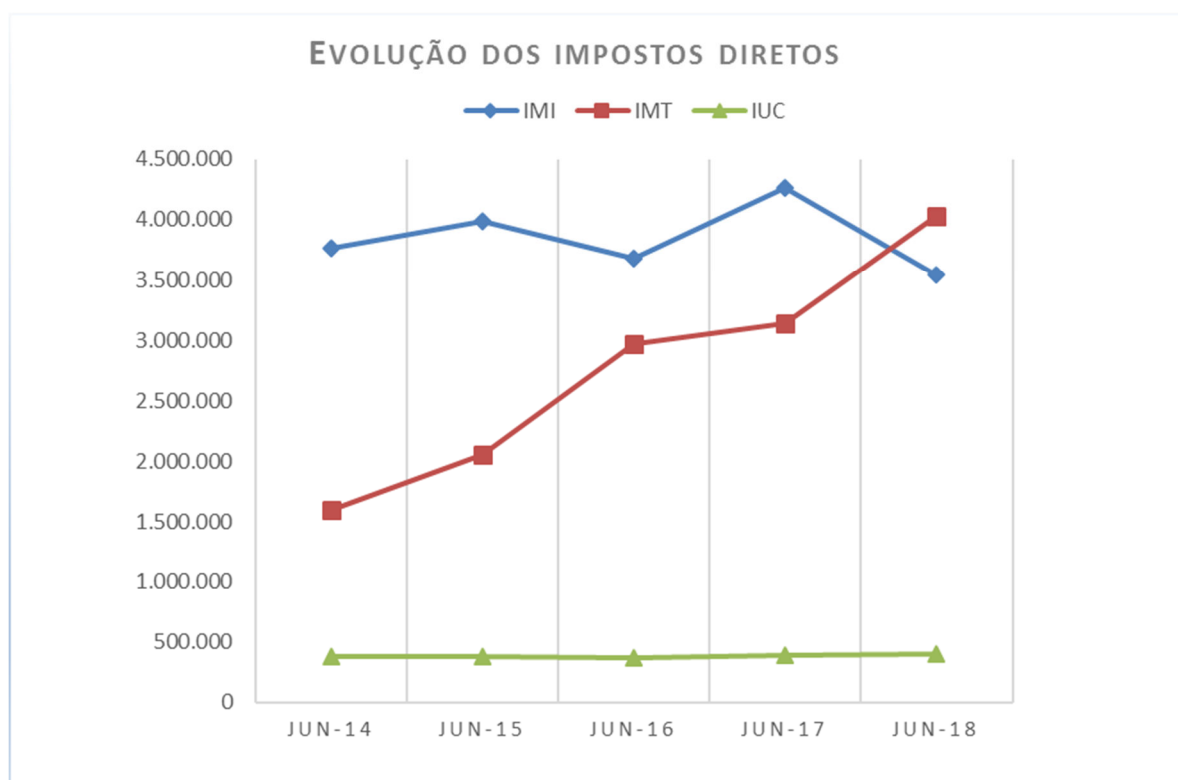


Gráfico 5 - Evolução dos impostos diretos

2.2 Receita de capital e outras receitas

As receitas de capital, têm vindo a ter menos importância/relevância em termos globais. Por um lado, porque o fundo de equilíbrio financeiro passou a ser predominantemente corrente, e por outro lado, por força da redução dos apoios provenientes da comunidade europeia. No entanto, não deixámos de ter financiamentos e temos muitos investimentos aprovados que terão uma comparticipação relevante como é o caso da Reabilitação do Cineteatro.

Em contrapartida, as outras receitas, têm crescido em virtude do aumento do saldo que transita entre gerências.

No quadro 5, verifica-se que a receita de capital sofreu uma redução de 25,87% (€159.383) por força da diminuição das “*Transferências de capital*”, no corrente semestre, que não apresentou o mesmo volume de receita em projetos cofinanciados que no ano anterior. A quebra só não foi superior porque houve um acréscimo das outras receitas de capital, em resultado do acionamento de uma garantia para a realização de obra na Rua Poço Vaz Varela.

No que concerne às outras receitas, houve um aumento significativo de 11,56%, dado que o saldo transitado

na gerência anterior foi superior em cerca de 1,5 milhões de euros, atingindo no corrente ano os €15.130.722.

EVOLUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL E DE OUTRAS RECEITAS

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2018			JUN/2017	VARIAÇÃO 2017-2018	
	ORÇADO	EXECUTADO	TAXA EXECUÇÃO	EXECUTADO	€	%
Receitas de capital	2.300.000	456.605	19,85%	615.988	-159.383	-25,87%
Venda de bens de investimento	110.700	2.530	2,29%	39.952	-37.422	-93,67%
Terrenos	8.700	0	0,00%	0	0	---
Edifícios	200	0	0,00%	0	0	---
Habitações	98.300	0	0,00%	39.887	-39.887	---
Outros bens de investimento	3.500	2.530	72,29%	65	2.466	3822,48%
Transferências de capital	2.181.000	297.067	13,62%	574.333	-277.267	-48,28%
FEF	545.300	272.676	50,00%	278.766	-6.090	-2,18%
Projectos cofinanciados	1.601.300	24.391	1,52%	295.567	-271.176	-91,75%
Outros	34.400	0	0,00%	0	0	---
Ativos financeiros	8.000	0	0,00%	0	0	---
Passivos financeiros	200	0	0,00%	0	0	---
Outras receitas de capital	100	157.008	157008,42%	1.703	155.306	9120,01%
Outras receitas	15.140.000	15.137.213	100%	13.568.617	1.568.596	11,56%
Reposições não abatidas aos pagamentos	9.278	6.491	69,96%	1.107	5.384	486,26%
Saldo da gerência anterior	15.130.722	15.130.722	100,00%	13.567.510	1.563.211	11,52%
TOTAL	17.440.000	15.593.818	89,41%	14.184.605	1.409.213	9,93%

Quadro 5 – Evolução da receita de capital e de outras receitas

Em relação à execução das receitas de capital, verifica-se que estas têm uma execução muito aquém do estimado, situando-se apenas em 19,85%, dado que os “*Projetos cofinanciados*”, ainda não tiveram praticamente nenhuma execução neste primeiro semestre.

2.3 Transferências obtidas

As receitas com transferências e subsídios obtidos é a segunda principal fonte de receita do Município. No quadro 6, constam todas as receitas provenientes de transferências, quer correntes, quer de capital, por tipo. Da apreciação deste, conclui-se que o Município recebeu no corrente semestre menos do que no semestre do ano anterior, com uma diminuição de 6,06% (€240.656), devido essencialmente à quebra significativa nas receitas de fundos comunitários com 77,90% (€234.730). Em contrapartida, as transferências provenientes do OE (FEF/FSM/Participação fixa no IRS) aumentaram ligeiramente em 1,50% (€50.922).

RECEITA PROVENIENTE DE TRANSFERÊNCIAS

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2018		JUN/2017		VARIÇÃO 2017-2018	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
FEF/FSM/Participação fixa no IRS	3.445.380	92,31%	3.394.458	85,44%	50.922	1,50%
Correntes	3.172.704	85,01%	3.115.692	78,42%	57.012	1,83%
Capital	272.676	7,31%	278.766	7,02%	-6.090	-2,18%
Fundos comunitários	66.589	1,78%	301.319	7,58%	-234.730	-77,90%
Correntes	42.198	1,13%	5.752	0,14%	36.446	633,62%
Capital	24.391	0,65%	295.567	7,44%	-271.176	-91,75%
Outras transferências	220.234	5,90%	277.082	6,97%	-56.848	-20,52%
Correntes	220.234	5,90%	277.081	6,97%	-56.847	-20,52%
Capital	0	0,00%	0	0,00%	0	---
TOTAL	3.732.203	100%	3.972.859	100%	-240.656	-6,06%
Correntes	3.435.136	92,04%	3.398.525	85,54%	36.611	1,08%
Capital	297.067	7,96%	574.333	14,46%	-277.267	-48,28%

Quadro 6 – Receita proveniente de transferências

O gráfico 6, ilustra de uma forma clara o peso que as transferências do Orçamento de Estado têm nas transferências recebidas, representado 85,44% neste primeiro semestre de 2018.



Gráfico 6 – Transferências recebidas

Para finalizar a apreciação da receita, foi elaborado o gráfico 7, para demonstrar a variação das principais receitas, em termos absolutos, notando-se o destaque do “IMT”, no que diz respeito a variações positivas, em contraste com a variação negativa do “IMI”.

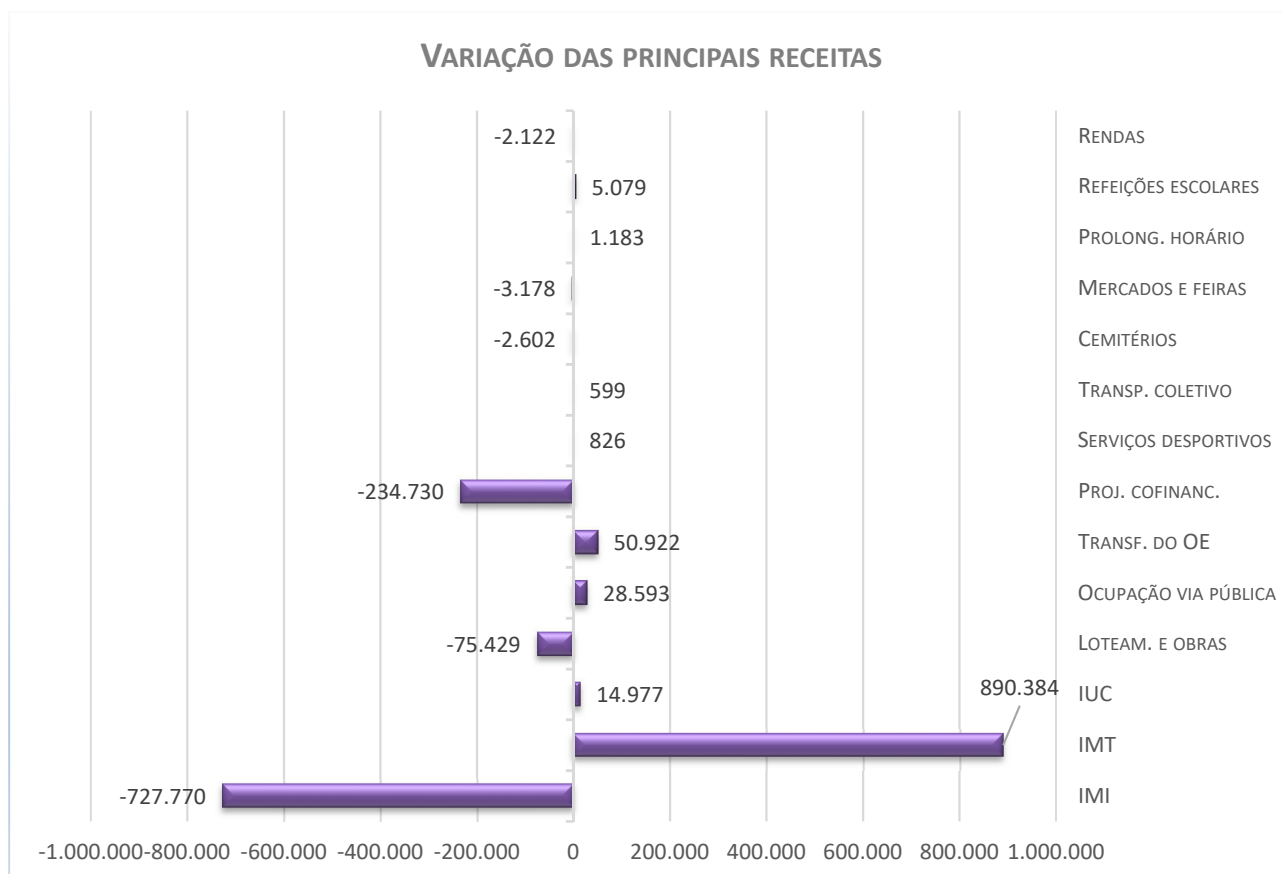


Gráfico 7 - Variação das principais receitas

3. Análise da despesa

No presente capítulo, é apreciado o comportamento da despesa realizada, ou seja, a despesa faturada.

O quadro 7, retrata de uma forma sintética o comportamento da despesa do município nos primeiros seis meses do ano 2018 comparativamente aos de 2017. Neste, verifica-se que houve uma diminuição da despesa realizada, de 9,40% (€1.226.893), tendo as despesas de capital desempenhado o papel principal ao registarem um decréscimo muito significativo de 31,27% (€1.049.929), enquanto as despesas correntes ficaram-se por uma descida de 1,83% (€176.964).

A estrutura da despesa global do município sofreu uma ligeira alteração, com a despesa corrente a sofrer um ligeiro acréscimo dos 74,27% para os 80,48%, em contrapartida da diminuição da representatividade da despesa de capital dos 31,27% para os 19,52%.

No gráfico 8 e 9, encontra-se ilustrada a distribuição das despesas em junho de 2018 e junho de 2017, respetivamente, onde se confirma a alteração na estrutura das despesas, com a “Despesa com pessoal” e a

“Aquisição de bens e serviços” a ganharem alguma relevância em 2018, face às restantes, mantendo-se assim com as principais despesas com 36% e 25%. De referir ainda, a quebras das despesas em “Aquisição de bens de capital” que passaram de uma representação de 19% em 2017 para os 11% no corrente ano.

EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2018		JUN/2017		VARIÇÃO 2017-2018	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Despesas correntes	9.512.554	80,48%	9.689.518	74,27%	-176.964	-1,83%
Despesa com o pessoal	4.292.738	36,32%	4.217.732	32,33%	75.006	1,78%
Aquisição de bens e serviços	2.961.589	25,06%	2.617.577	20,06%	344.012	13,14%
Juros e outros encargos	76.214	0,64%	31.561	0,24%	44.652	141,48%
Transferências correntes	1.313.991	11,12%	1.502.183	11,51%	-188.192	-12,53%
Subsídios	650.930	5,51%	601.392	4,61%	49.538	8,24%
Outras despesas correntes	217.093	1,84%	719.073	5,51%	-501.980	-69,81%
Despesas de capital	2.307.486	19,52%	3.357.415	25,73%	-1.049.929	-31,27%
Aquisição de bens de capital	1.257.113	10,64%	2.505.037	19,20%	-1.247.925	-49,82%
Transferências de capital	284.557	2,41%	3.745	0,03%	280.812	7498,32%
Ativos financeiros	66.372	0,56%	88.491	0,68%	-22.119	-25,00%
Passivos financeiros	699.444	5,92%	760.141	5,83%	-60.697	-7,98%
Outras despesas capital	0	0,00%	0	0,00%	0	---
TOTAL	11.820.040	100%	13.046.933	100%	-1.226.893	-9,40%

Quadro 7 – Evolução da despesa realizada

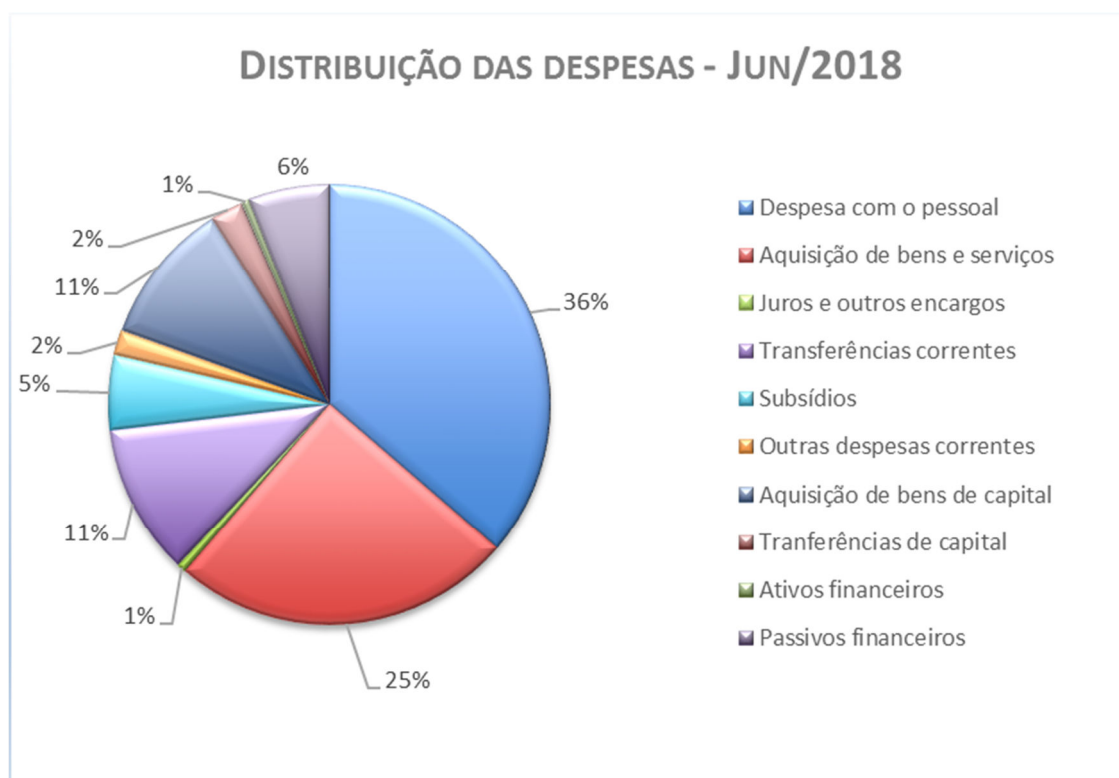


Gráfico 8 – Distribuição das despesas – jun/2018

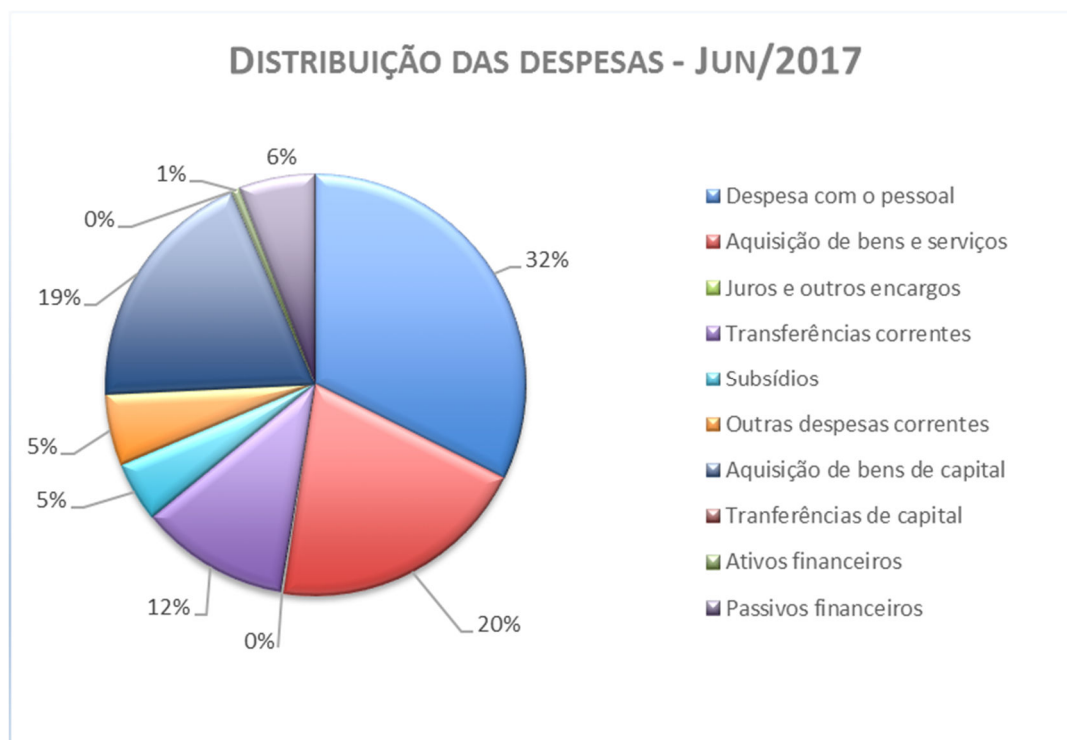


Gráfico 9 - Distribuição das despesas – jun/2017

3.1 Despesa corrente

A despesa corrente do Município de Tavira registou um ligeiro decréscimo de 1,83% (€176.964) neste 1º semestre, comparativamente ao 1º semestre do ano anterior, conforme consta do quadro 8. Esta diminuição foi motivada essencialmente pelo enorme decréscimo de 69,81% (€501.980) das “*Outras despesas correntes*”. Esta rubrica de despesa é onde se registam os reembolsos e encargos dos impostos (IMI e IMT), que no corrente ano voltaram a apresentar valores normais, dado que no ano anterior tinham sido extraordinariamente elevados. Estes reembolsos consistem na devolução de imposto (IMI ou IMT) que terá sido indevidamente cobrado em períodos anteriores. Para além destas, as “*Transferências correntes*” também apresentaram uma redução, de 12,53% e em contrapartida, registaram-se aumentos nas rubricas dos “*Juros e outros encargos*” com 141,48%, da “*Aquisição de bens e serviços*” com 13,14%, dos “*Subsídios*” com 8,24% e da “*Despesa com o pessoal*” com 1,78%.

Em relação à despesa com o pessoal, o quadro 9, revela que houve um aumento pouco significativo de 1,78% (€75.006), que resultante sobretudo da variação positiva das “*Remunerações certas e permanentes*” com 2,30% (€71.875), por força essencialmente do seguinte: alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, ao abrigo do n.º 8 do artigo 18.º da LOE para 2018; a celebração de contratos de trabalho em 2017 (9 bombeiros e 15 assistentes operacionais); a celebração de 4 acordos de cedência de interesse

público, por força do processo de dissolução e internalização de atividades da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M..

EVOLUÇÃO DA DESPESA CORRENTE REALIZADA

RÚBRICA	Unidade: €					
	JUN/2018		JUN/2017		VARIAÇÃO 2017-2018	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Despesa com o pessoal	4.292.738	45,13%	4.217.732	43,53%	75.006	1,78%
Aquisição de bens e serviços	2.961.589	31,13%	2.617.577	27,01%	344.012	13,14%
Matérias-primas	25.943	0,27%	23.128	0,24%	2.815	12,17%
Combustíveis	166.036	1,75%	166.023	1,71%	13	0,01%
Alimentação	124.653	1,31%	130.317	1,34%	-5.663	-4,35%
Material de escritório	8.143	0,09%	4.485	0,05%	3.658	81,57%
Material transporte e outro material (peças)	74.228	0,78%	52.420	0,54%	21.808	41,60%
Prémios, condecorações e ofertas	75.393	0,79%	9.765	0,10%	65.628	672,09%
Material de educação, cultura e recreio	10.546	0,11%	33.771	0,35%	-23.225	-68,77%
Encargos das instalações	415.766	4,37%	334.103	3,45%	81.663	24,44%
Limpeza e higiene	156.569	1,65%	67.981	0,70%	88.588	130,31%
Conservação de bens	26.434	0,28%	69.148	0,71%	-42.713	-61,77%
Locação	113.495	1,19%	87.662	0,90%	25.833	29,47%
Comunicações	28.831	0,30%	42.031	0,43%	-13.199	-31,40%
Transportes	241.776	2,54%	215.294	2,22%	26.481	12,30%
Seguros	70.758	0,74%	76.428	0,79%	-5.670	-7,42%
Publicidade	104.405	1,10%	44.311	0,46%	60.094	135,62%
Vigilância e segurança	25.466	0,27%	32.704	0,34%	-7.238	-22,13%
Assistência técnica	81.835	0,86%	55.054	0,57%	26.780	48,64%
Trabalhos especializados	161.596	1,70%	100.414	1,04%	61.182	60,93%
Encargos cobrança de receita	198.367	2,09%	178.681	1,84%	19.686	11,02%
Outros	851.350	8,95%	913.367	9,43%	-62.017	-6,79%
Juros e outros encargos	76.214	0,80%	31.561	0,33%	44.652	141,48%
Transferências correntes	1.313.991	13,81%	1.502.183	15,50%	-188.192	-12,53%
Freguesias	458.470	4,82%	482.479	4,98%	-24.009	-4,98%
Associações de Municípios	22.648	0,24%	18.330	0,19%	4.318	23,56%
Inst. Sem fins lucrativos	799.433	8,40%	964.154	9,95%	-164.721	-17,08%
Outros	33.440	0,35%	37.219	0,38%	-3.779	-10,15%
Subsídios	650.930	6,84%	601.392	6,21%	49.538	8,24%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	650.930	6,84%	601.392	6,21%	49.538	8,24%
Outros	0	0,00%	0	0,00%	0	---
Outras despesas correntes	217.093	2,28%	719.073	7,42%	-501.980	-69,81%
TOTAL	9.512.554	100%	9.689.518	100%	-176.964	-1,83%

Quadro 8 – Evolução da despesa corrente realizada por económica

Comportamento contrário teve a rubrica “Subsídio de férias e de Natal”, atendendo a que o subsídio de Natal deixou de ser pago por duodécimos.

No que concerne, aos “Abonos variáveis ou eventuais” o aumento de 11,02% (€18.745), deveu-se ao aumento do pagamento de Trabalho Suplementar, em parte por força do acréscimo do valor da retribuição horária, por força do artigo n.º 22 da LOE para 2018, que indica que é reposto o regime de trabalho suplementar previsto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014,

de 20 de junho.

Por último, a redução de 1,70% (€15.614) dos gastos com a “Segurança Social” deveu-se à diminuição dos encargos com a saúde (€21.105 - 18,16%) e dos seguros (€20.945 - 50,20%), que cobriram o aumento das “Contribuições para a segurança social” (€21.096 – 2,94%).

EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2018		JUN/2017		VARIÇÃO 2017-2018	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Remunerações certas e permanentes	3.201.870	74,59%	3.129.995	74,21%	71.875	2,30%
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	79.244	1,85%	65.811	1,56%	13.433	20,41%
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	2.303.003	53,65%	2.223.773	52,72%	79.230	3,56%
Pessoal aguardando aposentação	930	0,02%	1.683	0,04%	-753	-44,76%
Pessoal em qualquer outra situação	56.879	1,32%	42.279	1,00%	14.599	34,53%
Representação	33.446	0,78%	28.455	0,67%	4.991	17,54%
Subsídio de refeição	229.271	5,34%	212.704	5,04%	16.567	7,79%
Subsídio de férias e de Natal	427.005	9,95%	491.882	11,66%	-64.877	-13,19%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	72.093	1,68%	63.407	1,50%	8.685	13,70%
Abonos variáveis ou eventuais	188.878	4,40%	170.133	4,03%	18.745	11,02%
Horas extraordinárias	122.030	2,84%	89.290	2,12%	32.740	36,67%
Ajudas de custo	15.373	0,36%	13.500	0,32%	1.873	13,87%
Abono para falhas	1.146	0,03%	1.140	0,03%	6	0,56%
Subsídio de turno	42.395	0,99%	57.806	1,37%	-15.411	-26,66%
Outros suplementos e prémios	7.933	0,18%	8.397	0,20%	-464	-5,52%
Segurança social	901.991	21,01%	917.604	21,76%	-15.614	-1,70%
Encargos com a saúde	95.094	2,22%	116.199	2,76%	-21.105	-18,16%
Outros encargos com a saúde	31.255	0,73%	24.638	0,58%	6.617	26,86%
Subsídio familiar a criança e jovens	13.654	0,32%	14.767	0,35%	-1.113	-7,54%
Outras prestações familiares	1.696	0,04%	1.459	0,03%	237	16,22%
Contribuições para a segurança social	738.803	17,21%	717.717	17,02%	21.086	2,94%
Seguros	20.777	0,48%	41.722	0,99%	-20.945	-50,20%
Outras despesas de segurança social	713	0,02%	1.102	0,03%	-389	-35,29%
TOTAL	4.292.738	100%	4.217.732	100%	75.006	1,78%

Quadro 9 – Evolução da despesa de pessoal

O gráfico 10, ilustra as variações das principais rubricas da “Despesa com o pessoal”, sendo possível observar que não existiu grande variação, e que o peso da “Segurança social” é algo relevante em comparação com o montante das “Remunerações certas e permanentes”.

As “Aquisições de bens e serviços” é a rubrica com maior relevância a seguir à “Despesa com o pessoal”, pelo que importa apreciar com maior detalhe.

Assim, no gráfico 11, encontram-se as variações, em termos absolutos, das principais rubricas que a decompõem, tendo sido considerada na “Outros” os montantes mais residuais. Podemos verificar que a maior parte das rubricas aumentaram, com a “Limpeza e higiene” a apresentar o maior crescimento com

€88.588, seguida dos “Encargos de instalações” com €81.663, dos “Prémios, condecorações e ofertas” com €65.628, dos “Trabalhos especializados” com €61.182 e da “Publicidade” com €60.094. Por outro lado, os “Outros” registaram a maior quebra de €62.017, seguida das despesas com “Conservação de bens”, que reduziu €42.713.

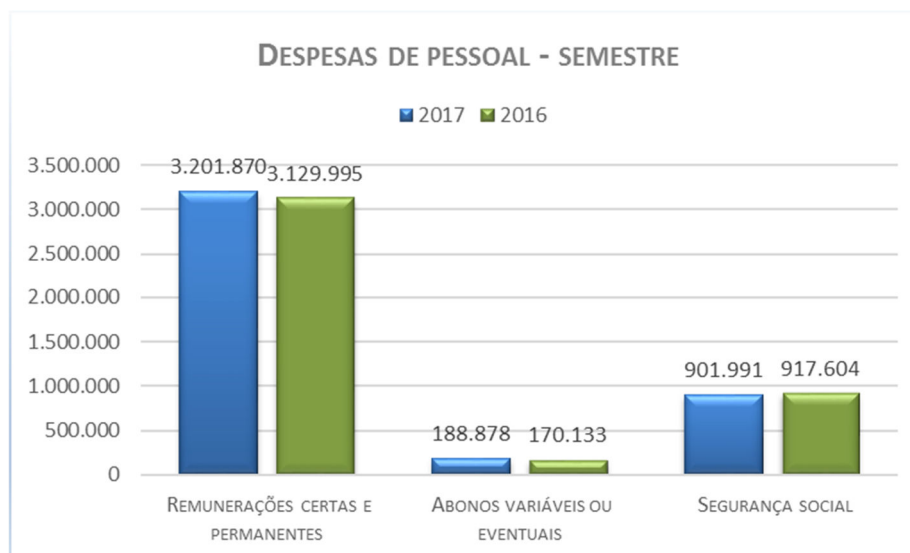


Gráfico 10 Despesas de pessoal - semestre

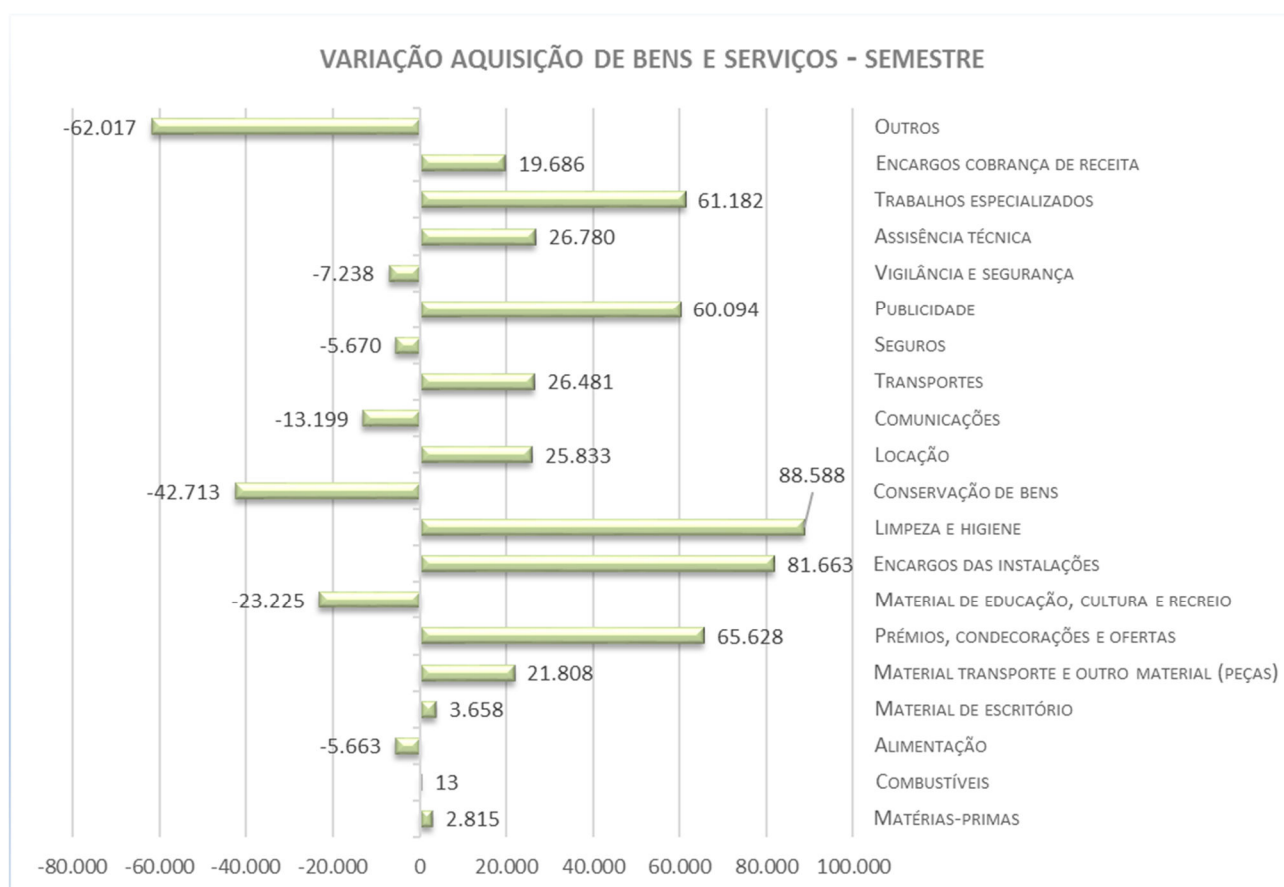


Gráfico 11 - Variação da aquisição de bens e serviços - semestre

3.2 Despesa de capital

As despesas de capital refletem os investimentos de médio e longo prazo que o executivo municipal executou no período em análise.

No quadro 10, é demonstrada a evolução da despesa de capital realizada, que apresentou um decréscimo de 31,27% no 1.º semestre de 2018, face ao de 2017. Esta resultou claramente da concretização de algumas obras que se encontram incluídas na rubrica “*Aquisições de bens de capital*” no semestre do ano anterior e que no corrente ano não tiveram a mesma expressão, dado que no primeiro semestre de 2017 executaram-se requalificações e beneficiações de diversas estradas do concelho, que por natureza têm um prazo de execução muito mais rápido, quer a nível de procedimento, quer de execução física da empreitada, do que a reabilitação/requalificação de edifícios, como será o caso do Cineteatro que irá iniciar-se no 2.º semestre deste ano.

EVOLUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL REALIZADA

RÚBRICA	Unidade: €					
	JUN/2018		JUN/2017		VARIÇÃO 2017-2018	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Aquisição de bens de capital	1.257.113	54,48%	2.505.037	74,61%	-1.247.925	-49,82%
Terrenos	10.475	0,45%	10.475	0,31%	0	0,00%
Habitacões	86.927	3,77%	120.150	3,58%	-33.223	-27,65%
Instalações desportivas e recreativas	22.988	1,00%	227.660	6,78%	-204.673	-89,90%
Sinalização e trânsito	16.342	0,71%	87.519	2,61%	-71.177	-81,33%
Material de transporte	160.069	6,94%	72.811	2,17%	87.258	119,84%
Viação urbana	308.250	13,36%	424.227	12,64%	-115.977	-27,34%
Viação rural	276.350	11,98%	1.243.033	37,02%	-966.683	-77,77%
Cemitérios	7.284	0,32%	21.620	0,64%	-14.337	-66,31%
Equipamento administrativo e informático	17.918	0,78%	130.761	3,89%	-112.843	-86,30%
Equipamento básico	83.777	3,63%	60.420	1,80%	23.356	38,66%
Outros	266.735	11,56%	106.361	3,17%	160.374	150,78%
Transferências de capital	284.557	12,33%	3.745	0,11%	280.812	7498,32%
Freguesias	0	0,00%	0	0,00%	0	—
Inst. Sem fins lucrativos	27.423	1,19%	3.745	0,11%	23.678	632,24%
Outras	257.135	11,14%	0	0,00%	257.135	—
Ativos financeiros	66.372	2,88%	88.491	2,64%	-22.119	-25,00%
Passivos financeiros	699.444	30,31%	760.141	22,64%	-60.697	-7,98%
Outras despesas capital	0	0,00%	0	0,00%	0	—
TOTAL	2.307.486	100%	3.357.415	100%	-1.049.929	-31,27%

Quadro 10 – Evolução da despesa de capital realizada

Assim, verificou-se uma redução relevante de 49,82% (€1.247.925) na “Aquisição de bens de capital” seguida dos “Ativos financeiros” com 25% (€22.119) e dos “Passivos financeiros com 7,98% (€60.697). Por contrapartida do aumento das “Transferências de capital”, dado que no corrente ano foi necessário realizar uma transferência no montante de €257.134,62 para reequilíbrio da EMPET – Parques Empresarias de Tavira,

conforme estipulado no artigo 40.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, uma vez que as contas desta de 2017 apresentaram um resultado operacional negativo.

No que concerne à estrutura da despesa de capital, esta sofreu uma alteração significativa, uma vez que a despesa com “*Aquisição de bens de capital*” passou a representar 54,48%, enquanto os “*Passivos financeiros*” e as “*Transferências de capital*” passaram para os 30,31% e 12,33%, respetivamente. Apesar da alteração na estrutura, as despesas com a “*Aquisição de bens de capital*” continuam a ser a que tem maior relevância.

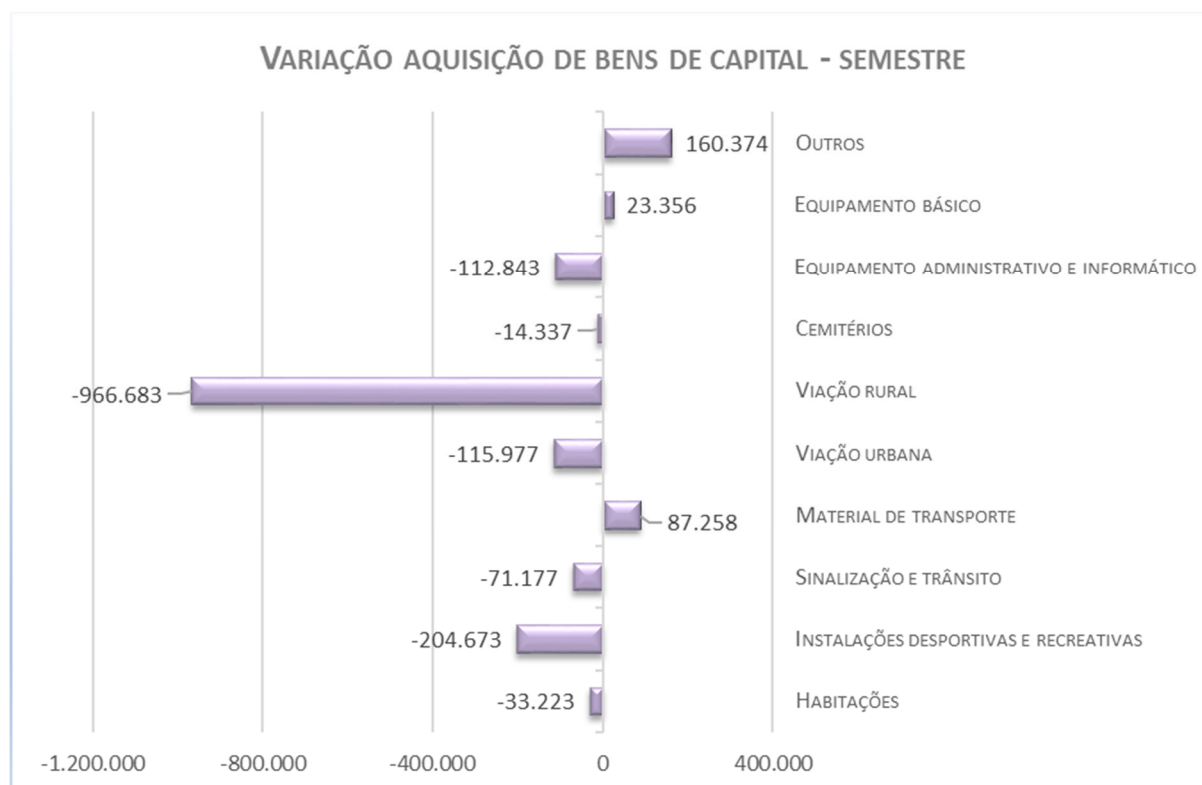


Gráfico 12 – Variação da aquisição de bens de capital – semestre

No gráfico 12, podemos observar com maior pormenor a variação que ocorreu na rubrica de “*Aquisição de bens de capital*”, em termos absolutos, destacando-se o decréscimo da “*Viação rural*” (€966.683) como anteriormente referido. Para além deste, destacam-se as diminuições do investimento nas “*Instalações desportivas e recreativas*” (€204.673), na “*Viação Urbana*” (115.977) e no “*Equipamento administrativo e informático*” (€112.843). Registando-se aumentos apenas na aquisição de “*Material de Transporte*” (€87.258) que tem vindo a ser reforçado uma vez que houve a necessidade de substituir viaturas que se encontravam obsoletas, e no “*Equipamento básico*” (€23.356). No que concerne à rubrica “*Outros*” esclarece-se que inclui as restantes rubricas da “*Aquisição de bens de capital*”, que individualmente não têm tanta expressão.

3.3 Transferências e subsídios concedidos

As transferências e subsídios concedidos pelo Município de Tavira são uma das despesas que têm alguma relevância e que por esse motivo importa aprofundar.

DESPESA REALIZADA COM TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

Unidade: €

RÚBRICA	JUN/2018		JUN/2017		VARIAÇÃO 2017-2018	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Transferências correntes	1.257.903	55,92%	1.446.633	68,65%	-188.730	-13,05%
Freguesias	458.470	20,38%	482.479	22,90%	-24.009	-4,98%
Instituições sem fins lucrativos	799.433	35,54%	964.154	45,75%	-164.721	-17,08%
Subsídios correntes	650.930	28,94%	601.392	28,54%	49.538	8,24%
Empresas Municipais	650.930	28,94%	601.392	28,54%	49.538	8,24%
Transferências capital	27.423	1,22%	3.745	0,18%	23.678	632,24%
Freguesias	0	0,00%	0	0,00%	0	---
Instituições sem fins lucrativos	27.423	1,22%	3.745	0,18%	23.678	632,24%
Outras transferências e subsídios	313.222	13,92%	55.549	2,64%	257.673	463,86%
Correntes	56.088	2,49%	55.549	2,64%	538	0,97%
Capital	257.135	11,43%	0	0,00%	257.135	---
TOTAL	2.249.478	100,00%	2.107.320	100,00%	142.158	6,75%

Quadro 11 – Despesa realizada com transferências e subsídios

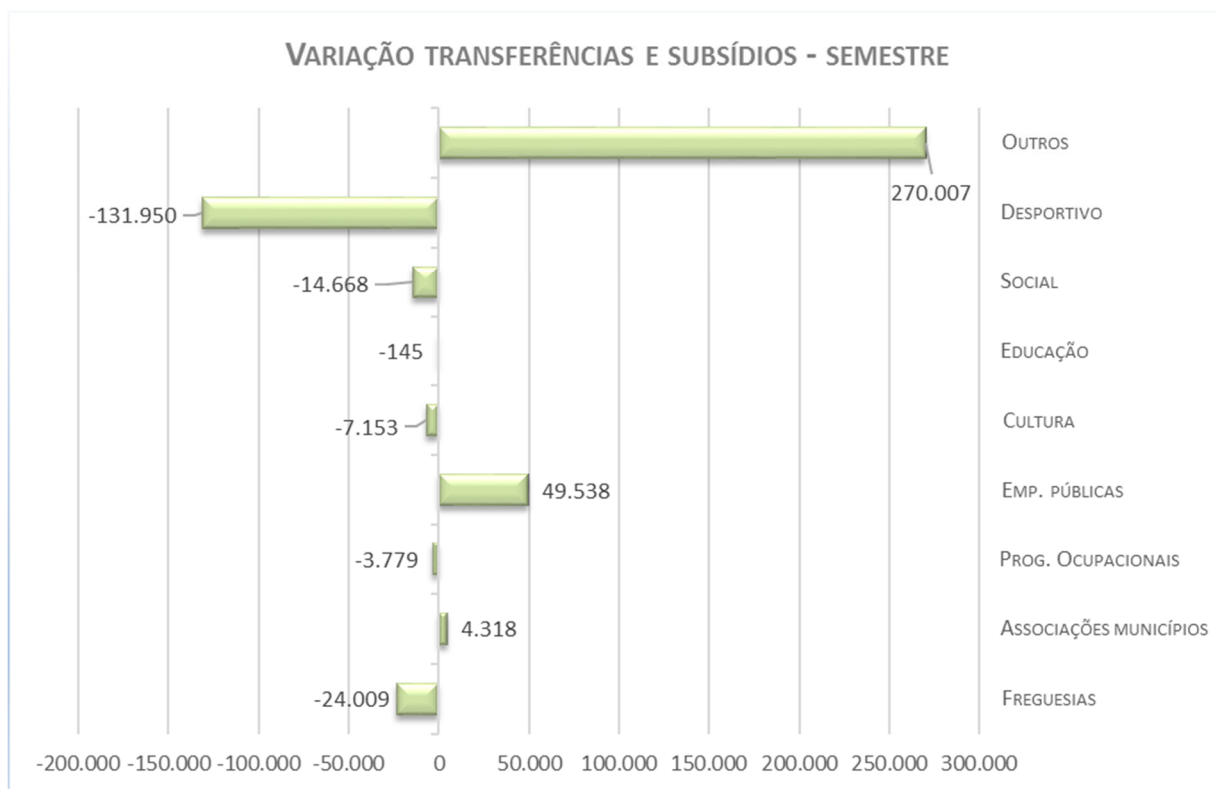


Gráfico 13 – Evolução transferências e subsídios- semestre

O quadro 11, reflete a despesa realizada com transferências e subsídios, quer de natureza corrente, quer de capital. Daqui conclui-se, em termos globais, que neste 1º semestre houve um acréscimo de 6,75% (€142.158), face ao mesmo período do ano de 2017, motivado pelo aumento das “*Outras transferências e subsídios*” (€257.673) onde se inclui a transferência da EMPET referida anteriormente, seguida dos “*Subsídios correntes*” (€ 49.538) e “*Transferências de capital*” (€23.678). Por contrapartida das “*Transferências correntes*” que reduziram em €188.730.

Em relação à estrutura das despesas com transferências e subsídios, houve algumas alterações com as “*Transferências correntes*” a representar mais de metade destas, passando de 68,65% para 55,92%, seguida dos “*Subsídios correntes*”, com 28,54% e das “*Outras transferências e subsídios*” com 13,92%.

No gráfico 13, foram discriminadas por finalidade/tipo as transferências e subsídios realizados no semestre de 2018, comparativamente ao de 2017. Os apoios desportivos foi a área que registou a maior redução, enquanto os “*Outros*” onde se inclui a transferência para a EMPET, as “*Emp. Públicas*” e as “*Associações municipais*” apresentaram ligeiros aumentos.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4. Dívida

4.1 Dívida Global

A gestão da dívida deve-se pautar por princípios como o rigor e o forte controlo. Neste sentido, verifica-se que no 1º semestre de 2018, o Município de Tavira reduziu a sua dívida em 16,48%, o que representa cerca de 1,9 milhões de euros, face ao mesmo período no ano passado.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	JUN/2018		JUN/2017		VARIAÇÃO 2017-2018	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Curto prazo	843.952	8,70%	729.852	16,86%	114.100	15,63%
Fornecedores c/c	227.395	2,34%	149.543	1,51%	77.852	52,06%
Fornecedores de imobilizado	347.665	3,58%	351.986	5,45%	-4.321	-1,23%
Estado	21.374	0,22%	21.024	2,15%	349	1,66%
Outros credores	247.519	2,55%	207.299	7,66%	40.220	19,40%
Médio e longo prazo	8.853.927	91,30%	10.881.028	83,14%	-2.027.101	-18,63%
Empréstimos excecionados	4.510.985	46,52%	5.148.371	34,93%	-637.386	-12,38%
Empréstimos não excecionados	4.143.836	42,73%	4.936.230	48,21%	-792.394	-16,05%
FAM	199.106	2,05%	796.427	48,21%	-597.321	-75,00%
TOTAL	9.697.879	100%	11.610.881	100%	-1.913.001	-16,48%

Quadro 12 – Evolução da dívida

A referida quebra prendeu-se com a diminuição da dívida de médio/longo prazo em cerca de 2 milhões de euros (18,63%), que cobriu o aumento da dívida de curto prazo de €114.100 (15,63%), conforme consta do quadro 12.

A dívida de curto prazo é, no primeiro semestre de 2018, apenas de €843.952, sendo que destes o único montante em dívida que não poderá ser regularizado na totalidade até ao final do ano é o referente ao Ginásio (€232.422 – incluído nos “Fornecedores de imobilizado”) dado que o mesmo refere-se a um direito de superfície cujo pagamento ocorre mensalmente. Importa esclarecer que a restante dívida é paga assim que for confirmada/processada pelos serviços.

Quanto à dívida de médio/longo prazo situa-se nos €8.853.827. De referir, que no corrente semestre para além das amortizações normais dos empréstimos, procedeu-se à regularização do capital subscrito do FAM – Fundo de Regularização Municipal, em €442.458 por força da entrada em vigor do OE de 2018 que alterou o disposto no art.º 19 da Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto.

O gráfico 14, ilustra a variação da dívida por natureza, onde se confirma que a redução da dívida foi significativa, e que apenas existem ligeiras subidas nos fornecedores, outros credores e Estado.

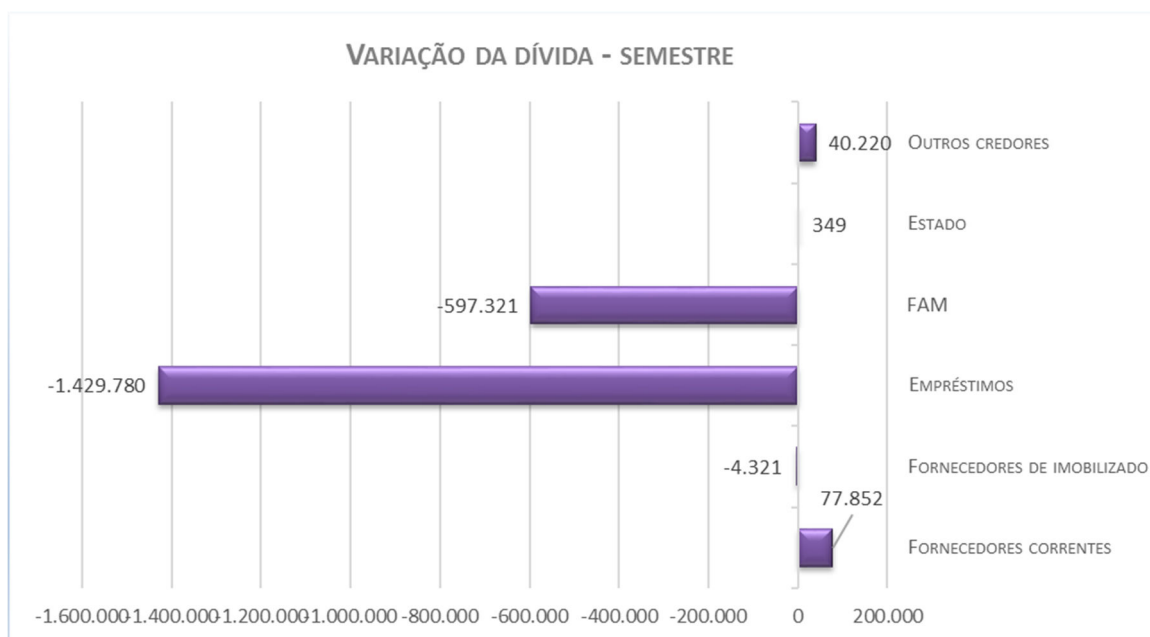


Gráfico 14 – Variação da dívida- semestre

No gráfico 15, demonstra claramente que a dívida da autarquia tem uma natureza de médio e longo prazo, com os empréstimos a representarem 89% e o FAM 2%.

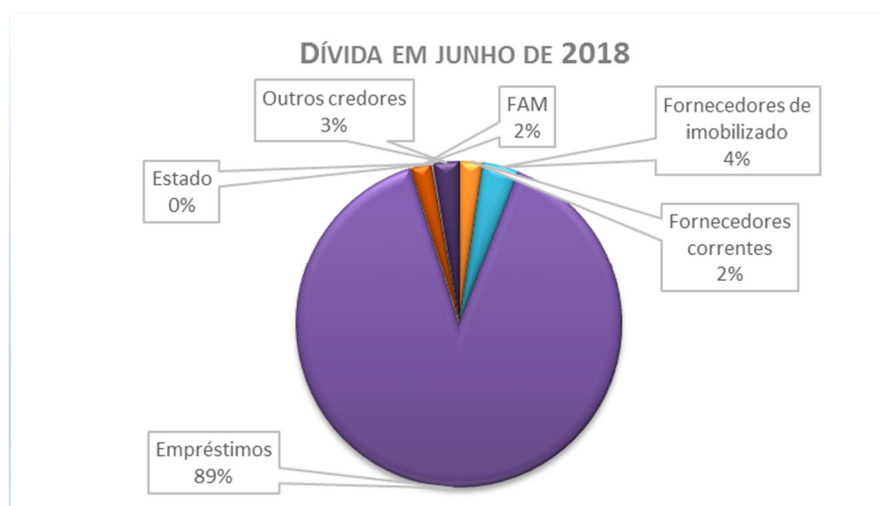


Gráfico 15 – Dívida em junho de 2017

4.2 Pagamentos em atraso

Os pagamentos em atraso são um indicador de extrema importância, dado que demonstram se a autarquia

cumprir ou não o prazo de vencimento das faturas e o montante em atraso. É considerado pagamento em atraso quando o pagamento não ocorre até 90 dias após a data de vencimento da fatura ou documento equivalente.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, este passou a ser um dos indicadores que permite ou não assumir novos compromissos, na medida em que restringe a utilização da previsão de receita no apuramento de fundos disponíveis, conforme artigo 14.º.

O Município de Tavira não tem pagamentos em atraso e efetua os seus pagamentos dentro dos 30 dias.

4.3 Serviço da dívida

A análise que se segue compreende informação sintetizada sobre a capitação do serviço da dívida pago pelo Município de Tavira, nas vertentes dos encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações).

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

DESIGNAÇÃO	Unidade: €			
	JUN/2018	JUN/2017	VARIAÇÃO 2017-2018	
			€	%
Juros	26.655	31.273	-4.618	-14,77%
Amortização	699.444	760.141	-60.697	-7,98%
Total	726.099	791.414	-65.316	-8,25%
Indicadores				
Juros / Despesa total	0,23%	0,24%		
Amortizações / Despesa total	5,92%	5,83%		
Serviço da dívida / Despesa total	6,14%	6,07%		

Quadro 13 – Evolução do serviço da dívida

Neste âmbito, assiste-se a uma redução do serviço da dívida em €65.316 (8,25%), principalmente devido ao decréscimo das amortizações, que no corrente semestre ficaram-se pelos €699.444.

O serviço da dívida tem um peso na despesa total do Município de 6,14% neste 1º semestre.

4.4 Capacidade de endividamento/ Dívida Total do Município

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a capacidade de endividamento da autarquia passou a ser controlada pelo limite da dívida total, artigo 52.º da referida Lei. Assim, o limite da dívida total do Município de Tavira não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita

corrente líquida cobrada nos três anos anteriores, o que para o ano corrente é de €39.304.104, conforme se pode verificar no quadro 14.

Para efeitos de apuramento da dívida da autarquia releva a dívida total de operações orçamentais do município, que engloba os empréstimos, bem como o montante da dívida das entidades intermunicipais e associativas municipais na proporção da participação, a dívida das empresas locais e participadas caso se encontrem em desequilíbrio e as cooperativas de forma proporcional à participação, de acordo com o estipulado no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL

Unidade: €					
DESIGNAÇÃO		JUN/2018	JUN/2017	VARIAÇÃO 2017-2018	
				€	%
221	Fornecedores, c/c	187.264	146.461	40.803	28%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	40.131	3.370	36.761	1091%
2312	Empréstimos bancários	8.654.821	10.084.601	-1.429.780	-14%
24	Estado e outros entes públicos	236.080	230.180	5.900	3%
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	252.770	340.150	-87.380	-26%
2618	Facturas em recepção e conferência	94.895	11.836	83.059	702%
262	Pessoal	250	250	0	0%
263	Sindicatos	1.430	1.299	131	10%
2681	Credores diversos (inclui FAM)	426.587	999.742	-573.154	-57%
2684	Credores de transferências das autarquias locais	20.038	3.984	16.054	403%
2685	Credores OT	68.376	68.596	-219	0%
Total em dívida		9.982.643	11.890.470	-1.907.827	-16%
Valores em OT		284.763	279.301	5.463	2%
TOTAL DA DÍVIDA ORÇAMENTAL		9.697.879	11.611.169	-1.913.290	-16,48%

Limite da dívida total (1,5 vezes da média da receita corrente dos 3 últimos anos)	39.349.104
Receita corrente de 2015	24.952.410
Receita corrente de 2016	26.515.828
Receita corrente de 2017	27.229.969
Valor da dívida total em junho	9.697.879
Margem	29.651.224

Quadro 14 – Apuramento da dívida total

Em relação à dívida total orçamental da autarquia, a 30 de junho de 2018, sem contabilizar as entidades relevantes, é de €9.697.879. Assim, neste 1.º semestre podemos dizer que o Município detém uma margem de €29.651.224, cumprindo assim o limite imposto. E que se encontra bem ilustrado através do gráfico 16.

Ao montante da dívida total orçamental do município, no final do ano, terá de ser somada a dívida:

- Da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, da CI-AMAL – Comunidade

Intermunicipal do Algarve e da APMCH – Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico de forma proporcional à nossa quota;

- Das cooperativas ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Algarve, CIPRL e CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, de forma proporcional à nossa participação;
- Da empresa local TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM e EMPET – Parques Empresarias de Tavira, EM, caso estas se encontrem em desequilíbrio no final do corrente ano;
- Das sociedades comerciais participadas, Águas do Algarve SA, POLIS – Sociedade Polis Litoral Ria Formosa SA, ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos SA, caso se apresentem desequilibradas.

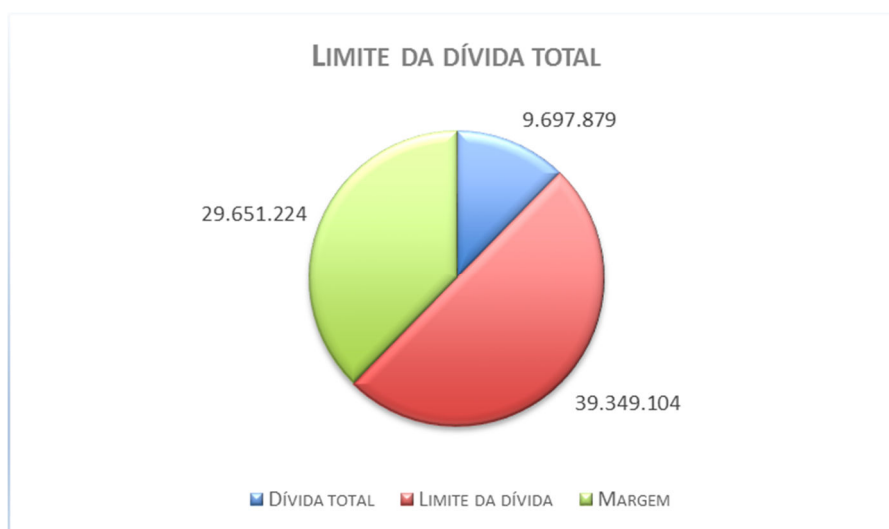


Gráfico 16 – Limite da dívida total

AFERIÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Unidade: €	
DESIGNAÇÃO	VALOR
1. Despesa corrente realizada até junho/2018	9.512.554
2. Amortizações médias dos empréstimos (jun/12)	796.313
3. Receita corrente bruta cobrada até jun/2018	13.586.862
MARGEM (3-1-2)	3.277.995

Quadro 15 – Aferição do equilíbrio orçamental

O quadro 15 demonstra que o Município cumpre o equilíbrio orçamental, conforme o artigo 40.º da lei referida no ponto anterior. Como o equilíbrio apenas é aferido no final do ano foram calculadas as amortizações por duodécimos para ter uma noção do ponto de situação atual, verificando-se em junho uma margem estimada de €3.277.995.

III – CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da situação económico-financeira do Município de Tavira efetuada ao longo deste relatório, há a destacar em termos gerais, o seguinte:

- A execução orçamental da receita foi de 64,85% e a da despesa de 25,27%, o que ilustra uma boa execução orçamental;
- A receita municipal aumentou 5,66%, €1.564.291, em relação ao período homólogo, em que a receita corrente apresentou um crescimento de 1,15% (€155.078), e as outras receitas de 11,56% (€1.568.596), por contrapartida da de capital que decresceu 25,87% (€159.383);
- A despesa realizada (faturada) diminuiu 9,40% (€1.226.893), comparativamente ao semestre de 2017, por força da redução da despesa corrente em 1,83% (€176.964) e a de capital em 31,27% (€1.049.929);
- As despesas com o pessoal apresentaram uma ligeira variação positiva de 1,78%, (€75.006);
- A dívida municipal diminuiu 16,48% (€1.913.001) face ao período homólogo;;
- A dívida total orçamental da autarquia a 30 de junho de 2018, remonta a €9.697.879, pelo que se encontra dentro do limite imposto pelo artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, no montante de €39.349.104.

Paços do Concelho, 30 de agosto de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,

Jorge Botelho

IV – RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

MUNICÍPIO DE TAVIRA

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 77º da Lei n.º 73 de 3 de setembro de 2013 vimos apresentar informação sobre a situação económica e financeira do MUNICÍPIO DE TAVIRA relativamente ao período findo em 30 de junho de 2018.

ÂMBITO

2. Examinámos os seguintes elementos que nos foram apresentados pelo Órgão Executivo da autarquia, reportados a 30 de junho de 2018: relatório de gestão semestral e mapas de execução orçamental. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos com os demais requisitos éticos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

TRABALHOS EFETUADOS

3. De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:
 - 3.1 Acompanhámos regularmente a gestão do Município, através da participação em diversas reuniões com o Órgão Executivo e com outros responsáveis dos serviços do Município e da leitura de atas e outros documentos relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
 - 3.2 Analisámos a informação financeira, tendo efetuado, entre outros, os seguintes procedimentos:
 - a) Análise do grau de execução da despesa e da receita e obtenção de justificação para os desvios mais significativos;

- b) Revisão analítica. Indagação e justificação das variações mais significativas;
- c) Verificação do cumprimento do limite da dívida total.

3.3 Apreciação do relatório elaborado pelo executivo datado de 30 de agosto de 2018 e que se anexa.

CONCLUSÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS

4. Em consequência do trabalho efetuado, entendemos dever relatar o seguinte:

4.1 O relatório semestral apresentado foi por nós apreciado e nos procedimentos realizados verificámos e validámos os valores constantes do mesmo, os quais merecem os seguintes comentários:

- a) A independência financeira (rácio entre as receitas próprias e receitas totais) é de 46% idêntica à do período homólogo.
- b) A estrutura das receitas está definida no classificador económico das receitas (Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro), e divide-se em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. As receitas totais do município tiveram no 1º semestre um grau de execução de 64,85%, conforme referido na pág. 6 do relatório elaborado pelo Executivo.
- c) A taxonomia das despesas encontra-se igualmente definida no classificador económico das despesas (Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro), e são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. O grau de execução da despesa, em 30 de junho de 2018, ascende a 25,27%.

Relativamente à despesa global realizada e paga, verifica-se que as despesas de pessoal representam 36,32% e a aquisição de bens e serviços 25,06% da despesa total, conforme referido na pág. 16 do relatório.

- d) O município apresenta em 30 de junho de 2018, uma liquidez positiva de aproximadamente 17.991.000 euros, sendo superior em 3.274.000 euros ao verificado no período homólogo, justificado fundamentalmente pela variação de duas rubricas:

- por um lado o aumento da rubrica depósitos em instituições financeiras e por outro a diminuição da rubrica outros credores repercutido fundamentalmente no Fundo de Apoio Municipal – FAM, dado que o Orçamento de Estado para 2018 alterou o disposto no artº 19º da Lei nº 53/2014 de 25 de agosto, ou seja, o FAM passa a ser financiado por um período de 6 anos, quando inicialmente a realização do capital social do FAM seria para efetuar durante 7 anos, com início em 2015 e fim em 2021.

- e) A Lei nº 73/2013 de 3 de setembro no artigo 52º define o limite da dívida total (capacidade de endividamento). Em 30-06-2018 o Município apresenta uma margem de cerca de 29.651.224 euros relativamente ao limite, conforme referido na pág. 28 do relatório elaborado pelo Executivo.
- f) Conforme definido no artigo 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, concorre para o cálculo do limite da dívida total do Município, a dívida das empresas locais e participadas, caso se encontrem em desequilíbrio e as cooperativas de forma proporcional à participação detida.

Dado que as Empresas Municipais Tavira Verde, e Empet, se encontram em equilíbrio no 1º semestre de 2018, a margem do Município de Tavira mantém-se nos 29.651.224 euros (conforme referido na pág. 28 do relatório elaborado pelo Executivo).

De salientar que o incumprimento a existir, só terá reflexos contabilísticos se persistir a 31 de dezembro, caso o Município de Tavira não efetue a transferência de verba para a Empresa Municipal com vista ao seu reequilíbrio, data em que se aplica o disposto nos seguintes diplomas:

- Na alínea a) do nº 3 do artigo 52º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, em que o Município terá que reduzir no exercício subsequente, em pelo menos 10% do montante que excede os referidos limites, até que o limite seja cumprido.

- Na alínea c) do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, no caso do resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo, o Município terá de efetuar uma transferência financeira na proporção respetiva da participação social, com vista ao equilíbrio dos resultados de exploração operacional.

- g) O Município cumpriu o princípio de equilíbrio orçamental definido no ponto 3.1.1 do POCAL, ou seja, a receita corrente foi superior à despesa corrente.

4.2 Adicionalmente referimos ainda que pela análise do balancete e outra documentação constatámos que:

- a) As rubricas constitutivas do balanço relativamente a 31-12-2017 apresentavam as oscilações constantes no quadro abaixo:

Conta	Descritivo	31/12/2017	30/06/2018	Variações	
				Valor	%
11	Caixa	1 318	8 159	6 841	84%
12	Depósitos em instituições financeiras	15 201 642	18 084 041	2 882 399	16%
21	Clientes, contribuintes e utentes	500 539	524 068	23 529	4%
22	Fornecedores	671 792	227 395	-444 397	-195%
23	Empréstimos obtidos	9 354 265	8 654 821	-699 444	-8%
24	Estado e outros entes públicos	23 830	236 080	212 250	90%
26	Outros devedores e credores - Credores	608 290	169 770	-438 520	-258%
27	Acréscimos e diferimentos - Devedores	8 600 539	5 060 086	-3 540 452	-70%
27	Acréscimos e diferimentos - Credores	15 045 538	15 020 652	-24 886	0%
28	Empréstimos concedidos	7 902	7 902	0	0%
29	Provisões	3 679 476	3 679 476	0	0%
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	441 328	446 836	5 508	1%
41	Investimentos financeiros	4 763 638	4 321 179	-442 459	-10%
42	Imobilizações corpóreas	92 016 896	98 521 154	6 504 258	7%
43	Imobilizações incorpóreas	200 078	200 078	0	0%
44	Imobilizações em curso	53 510 462	39 874 987	-13 635 475	-34%
45	Bens de domínio público	174 174 316	181 360 994	7 186 678	4%
48	Amortizações acumuladas	112 422 713	121 160 109	8 737 396	7%
49	Provisões para investimentos financeiros	74 157	74 157	0	0%
51	Património	203 846 523	203 997 671	151 148	0%
57	Reservas	10 435 717	10 437 817	2 100	0%
59	Resultados transitados	1 671 988	7 951 859	6 279 871	79%

As rubricas com variações mais significativas foram as que se seguem:

12 – Depósitos em instituições financeiras - O aumento de cerca de 2.882.000 euros verificado nesta rubrica resulta do facto das receitas cobradas no 1º semestre de 2018 serem superiores às despesas pagas.

22 – Fornecedores – A diminuição de cerca de 444.000 euros verificado nesta rubrica é justificada conforme quadro abaixo, de salientar que no final do ano com o intuito de cumprir de forma rigorosa o princípio da especialização do exercício a rubrica 228 apresenta um saldo mais elevado do que em junho (data em que o esse principio não é cumprido de forma tão rigorosa).

Conta	Descritivo	30/06/2017	30/06/2018	Variações	
				Valor	%
22	Fornecedores	671 792	227 395	444 398	-195%
221	Fornecedores, c/c	43 629	187 264	-143 634	77%
228	Fornecedores-Faturas em receção e conferência	628 163	40 131	588 032	-1465%

23 – Empréstimos obtidos – A diminuição de cerca de 699.000 euros verificado nesta rubrica é justificada pelas amortizações de capital que ocorreram no 1º semestre de 2018.

26 – Outros devedores e credores – credores A variação ocorrida nesta rubrica diz respeito à regularização do capital subscrito do FAM - Fundo de Apoio Municipal, ou seja, a subscrição do capital social do FAM foi alterada por redução dos montantes anuais a realizar pelos Municípios.

27 – Acréscimos e diferimentos – Saldos devedores – Esta rubrica registou uma diminuição de cerca de 3.500.000 euros, devido ao facto da especialização do IMI ser efetuada somente em dezembro.

41 – Investimentos financeiros – A diminuição está diretamente relacionada com o acima referido na variação da rubrica 26 – Outros devedores e credores - credores.

42 – Imobilizações corpóreas – O aumento dos cerca de 6.500.000 euros, está intrinsecamente ligado à transferência de imobilizado em curso para imobilizado fixo, sendo que as principais obras transferidas foram: Centro Escolar Horta do Carmo, remodelação e ampliação do centro paroquial de Cabanas e execução do pavilhão desportivo da Luz de Tavira.

44 – Imobilizações em curso – A diminuição no montante de 13.635.000 euros ocorrido nesta rubrica diz respeito à transferência de obras em curso para imobilizado fixo, domínio público e domínio privado.

45 – Bens de domínio público – O aumento dos cerca de 7.187.000 euros, diz respeito à transferência de imobilizado em curso para imobilizado fixo, nomeadamente as obras: empreitada de execução da ponte sobre o Rio Séqua, e diversas pavimentações em estradas municipais.

48 – Amortizações acumuladas – O incremento de 8.737.396 euros relativamente a 31 de dezembro de 2017 corresponde à especialização das amortizações semestrais.

59 – Resultados transitados – O aumento de 6.279.871 euros dos resultados transitados negativos, corresponde à aplicação do resultado líquido negativo de 2017.

As rubricas de resultados e comparativamente com junho de 2017 apresentam as variações constantes no quadro abaixo:

Conta	Descritivo	30/06/2017	30/06/2018	Variações	
				Valor	%
61	Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	258 013	248 346	-9 667	-4%
62	Fornecimentos e serviços externos	2 209 647	2 279 347	69 700	3%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	2 066 355	1 771 051	-295 304	-17%
64	Custos com o pessoal	4 258 518	4 324 052	65 534	2%
65	Outros custos e perdas operacionais	34 639	16 492	-18 147	-110%
66	Amortizações do exercício	5 325 232	5 507 890	182 658	3%
68	Custos e perdas financeiros	35 397	92 114	56 717	62%
69	Custos e perdas extraordinários	29 329	3 578 135	3 548 806	99%
71	Vendas e prestações de serviços	520 603	431 020	-89 583	-21%
72	Impostos e taxas	3 104 944	4 871 343	1 766 399	36%
74	Transferências e subsídios obtidos	3 669 941	3 707 812	37 871	1%
78	Proveitos e ganhos financeiros	1 125 492	1 202 168	76 676	6%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	349 220	259 172	-90 048	-35%

63 – Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais – A diminuição de cerca de 295.000 euros registado nesta rubrica está relacionada com a conjugação de dois fatores por um lado no ano 2018 a transferência dos 65.000 euros para a feira de caça e pesca não foi efetuada dado

que a referida feira não se realizou, por outro lado existem faturas de junho de 2018 contabilizadas somente em julho de 2018.

65 – Outros custos e perdas operacionais – A diminuição de cerca de 18.000 euros registado nesta rubrica está diretamente relacionado com o facto de em junho de 2017 terem sido registados na rubrica proveitos e ganhos financeiros – Rendimentos de participação de capital – Empresas Municipais e Intermunicipais – Águas do Algarve e Algar, em junho de 2018, ao passo que até junho de 2018, esses rendimentos relativamente à Algar são inexistentes.

69 - Custos e perdas extraordinários – o aumento de cerca de 3.500.000 euros repercutido nesta rubrica encontra-se discriminado no quadro abaixo, sendo que as variações mais significativas foram:

- **transferências de capital concedidas** o acréscimo prende-se com a transferência efetuada para o reequilíbrio da Empet, EM, SA, no montante de cerca de 257.000 euros.

- **correções relativas a exercícios anteriores** – com uma variação na ordem dos 3.260.000 euros, diz respeito ao reconhecimento de amortizações de bens transferidos do imobilizado em curso para imobilizado fixo.

Conta	Descritivo	30/06/2017	30/06/2018	Variações	
				Valor	%
69	Custos e perdas extraordinários	29 329	3 578 135	3 548 806	99%
691	Transferências de capital concedidas	3 745	284 548	280 803	99%
694	Perdas em imobilizações	1 831	0	-1 831	-100%
697	Correções relativas a exercícios anteriores	23 752	3 286 582	3 262 829	99%
698	Outros custos e perdas extraordinários		7 005	7 005	100%

72 – Impostos e taxas – Esta rubrica registou um aumento de cerca de 1.766.000 euros (36%), repercutido fundamentalmente no aumento dos impostos diretos nomeadamente no IMT - imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis. No que concerne à rubrica reembolsos e restituições esta registou uma diminuição de cerca de 519.000 euros comparativamente com o período homólogo justificado pelo aumento dos reembolsos de IMI e IMT registado no 1º semestre de 2017.

Conta	Descritivo	30/06/2017	30/06/2018	Variações	
				Valor	%
72	Impostos e taxas	3 104 944	4 871 343	1 766 399	36%
721	Impostos diretos	3 171 053	4 436 818	1 265 765	29%
722	Impostos indiretos	273 902	239 276	-34 627	-14%
724	Taxas	312 315	329 625	17 310	5%
725	Reembolsos e restituições	-652 226	-133 101	519 125	-390%
726	Anulações	-100	-1 285	-1 185	92%
728	Outros	0	11	11	0%

4.3 O balancete analisado bem como alguns dos valores e indicadores constantes do relatório estão condicionados aos seguintes factos:

- No balancete relativo ao período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2018 que nos foi apresentado, não foram integralmente considerados os efeitos relativos a especialização de custos e proveitos do exercício, nomeadamente estimativa para férias, honorários, seguros e IMI.
- O Município ainda não concluiu todo o processo de inventariação e valorização dos imóveis e outros ativos imobilizados, encontrando-se, ainda, por inventariar bens de domínio publico – bens do património histórico, artístico e cultural.
- Alguns indicadores poderão eventualmente estar influenciados pelas reservas e ênfase constantes das Certificações Legais de Contas datadas de 9 de fevereiro de 2017 e 6 de junho de 2017 (contas consolidadas) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que ainda não foram regularizadas pelo que se transcrevem:

Reservas:

Contas Individuais e Consolidadas

“As rubricas Imobilizados em Curso (domínio publico e imobilizações corpóreas) incluem obras concluídas, no ano e em anos anteriores e que já possuem auto de receção, no montante de 29.690.851 euros (28.376.171 euros no ano 2016). De acordo com o POCAL estas obras deveriam ter sido transferidas para o imobilizado corpóreo, não tendo sido possível quantificar as respetivas amortizações e os consequentes efeitos nos resultados.”

Contas Consolidadas

“Conforme referido na Certificação Legal das Contas emitida pela sociedade de revisores da empresa municipal Empet, E.M., Lda, foi interposta contra a empresa uma ação administrativa movido pelo consórcio adjudicatário da empreitada de execução de infra-estruturas do loteamento urbano no parque de exposições e feiras de Tavira, desconhece-se o desfecho do processo, bem como os eventuais custos significativos para a empresa, não passíveis de quantificação atualmente.”

“Conforme referido no ponto 7.7 do relatório de gestão, o processo de dissolução da Empet, E.M., Lda., dado o seu enquadramento na alínea a) do n.º 1 do artigo 62º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, foi aprovada em reunião de câmara de 21 de fevereiro de 2017 e em sessão de assembleia de 3 de março de 2017. De acordo com a Certificação Legal de Contas emitida pela sociedade de revisores da empresa, não foi efetuado qualquer ajustamento aos valores dos ativos para os correspondentes valores de liquidação.”

Ênfase:

Contas Individuais e Consolidadas

“Conforme referido no ponto 7.6.1 do Anexo, as infraestruturas de água e saneamento registadas no imobilizado do Município, como bens de domínio público, no montante de 3.475.000 euros (3.807.000 euros em 2016), estão a ser geridas/controladas pela empresa municipal Tavira Verde, E.M.”

4.4 De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 o art.º 77º da Lei nº 73 de 3 de setembro de 2013 – Lei das Finanças Locais, não tomamos conhecimento de qualquer facto que se considere revelador de graves dificuldades na prossecução do PPI – Plano Plurianual de Investimentos.

OUTRAS INFORMAÇÕES

5. Para além dos comentários antes expressos, chamamos a atenção para as seguintes situações:

5.1 Divulgação de responsabilidades

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais estipula nos seus artigos 78º e 79º diversas obrigações de prestação de informação à DGAL e ainda aos

municípios através de sítio eletrónico. Verificámos que foram cumpridas as obrigações de prestação de informação bem como afixados no sítio eletrónico do município toda a informação financeira nos termos prescritos na referida disposição legal.

A Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) e o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho estabelecem diversas obrigações para a assunção de compromissos, bem como a prestação de informação mensal à DGAL referentes a Fundos Disponíveis, compromissos assumidos, mapa de pagamentos em atraso, entre outros, cujo cumprimento verificámos estar a ser efetuado.

Esta informação destina-se exclusivamente para a finalidade apresentada no primeiro parágrafo e refere-se apenas à análise da evolução de determinadas contas e rubricas atrás especificadas e não constitui uma opinião sobre a posição financeira do MUNICÍPIO DE TAVIRA, os resultados das suas operações e a execução orçamental no período findo em 30 de junho de 2018.

Linda-a-Pastora, 12 de setembro de 2018

MARIQUITO CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

José Martins Correia - ROC